



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo de Entrada nº.: OE 5082/SME/DAF/2019	Data: 17/12/2019
Entidade Beneficiada.: Ação Social Missão	
Órgão de Origem.: Secretaria Municipal de Educação	
Nota de Empenho.: nº 9133/2019	
Elemento da Despesa.: Alimentação	
Valor Liberado.: R\$ 651,36	Data: 10/09/2019
Termo de Colaboração nº.: 026/2018	
Parcela nº.: 7ª	

O Secretário Municipal de Educação responsável pela unidade Gestora, após análise dos Pareceres Técnicos exarados pelo corpo de Analistas desta secretaria e pelos Analistas da Superintendência de Transparência e Controle, conclui que:

- Regular, para baixa contábil.
- Regular com ressalva, para baixa contábil
- Irregular, para abertura de diligência

Florianópolis, 09 de março de 2020.

Maurício Fernandes Pereira
Secretário Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria Municipal de Educação
DIOP - Diretoria operacional
SPTC – Setor de Parcerias e Termos de Colaboração – OSCs

I 5082 / SME / DAF 171 / 2019

ENTIDADE: Ação Social Missão

CREDOR: 8489

Nº DO TERMO: 026/2018

EMPENHO: 9133/19

PARCELA: 07

Alimentação

Subvenção

2019

21/03/19.
05/09



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

ANEXO VIII, parte integrante do Decreto n.17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

PROTOCOLON°	DATA:
Nome da Entidade: AÇÃO SOCIAL MISSÃO	
Título do Projeto: Atendimento Complementar Ação Social Missão – Casa Lar Emaús	
Número Termo de Fomento: 026/PMF/SME/2018	
Valor transferido: 651,36	
Número da parcela: 07	
Número de folhas que constam no processo:	
Nome do Responsável: JOANA AS FORTES REGIS – Presidente GABRIEL RICHTER PIRES - Tesoureiro	
Contato: Fone/e-mail.: 48 99102-2653 – grpires@gmail.com	

Receber somente com a apresentação de todos os itens abaixo.

Esta prestação de contas está organizada da seguinte forma:	Sim	Não
ANEXO IX – Ofício de encaminhamento		
Assinado pelo presidente da organização da sociedade civil e pelo responsável financeiro quando houver	/	
Prestação de contas organizada em folha A4	/	
As Folhas estão numeradas sequencialmente	/	
ANEXO VI - Plano de Trabalho		
Autorização de Remanejamento de Recursos (se houver) ()	/	
Comunicação de troca de Funcionários ()	/	
ANEXO VII – Declaração de recebimento do recurso e aplicação	/	
ANEXO VIII – Capa	/	
ANEXO X - Declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados	/	
ANEXO XI - Relatório de execução financeira		
Balancete (Relação das despesas e receitas efetivamente realizadas)	/	
Assinado pelo seu Representante Legal e o Responsável Financeiro	/	
Original do extrato bancário da conta específica	/	
Original dos comprovantes das despesas emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada com os devidos termos de aceite		
Nota fiscal (✓)		
Contracheque ()		
ENCARGOS: INSS () FGTS () PIS () IR () GFIP ()		
Lista dos Beneficiados com Alimentação ()	/	
Comprovante do recolhimento do DAM, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.	/	
ANEXO EDUCAÇÃO – Relatório de Cumprimento dos Objetivo Fotografias do Projeto, mídias eletrônicas, material visual promocional do evento;	/	
Relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa do chamamento público. Fotografias do projeto, mídias eletrônicas, material visual promocional do evento.	/	

Data: 04/11/19	Nome, Matrícula e Assinatura do Servidor <i>Silvana D. Real</i> Silvana D. Real PMF/SME Matrícula 19307-0
-------------------	--



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

ANEXO IX, parte integrante do Decreto n. 17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

GEAN MARQUES LOUREIRO

Exmo. Sr Prefeito

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da AÇÃO SOCIAL MISSÃO CNPJ 72.291.198/0001-10 com sede na Rua Eurico Hosterno 321 – Santa Monica, encaminhar a prestação de contas da parcela 07 do Termo de Fomento nº026/PMF/SME/2018 no valor de R\$ 651,36 referente ao Projeto Atendimento complementar – Casa Lar Emaús-MERENDA.

Desde já, declaramos que investimos os recursos conforme o Plano de Trabalho, que segue em anexo, acompanhada da documentação pertinente à prestação de contas do recurso público, recebido conforme estabelece o Decreto n. 17.361, de 2015.

JOANA SÁ FORTES REGIS

Presidente



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

ANEXO VI, parte integrante do Decreto n. 17361/17 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

1 – Dados Cadastrais:

Nome da Organização Social: Ação Social Missão

CNPJ: 72291198/0001-10

Conta Corrente nº: 3045

Agência nº: 1873

Banco: CEF

Endereço: Rua Eurico Hosterno, Número: 321 CEP: 88035-400

Bairro: Santa Mônica Cidade: Florianópolis

Telefone: (48) 32334915 (13)99648-0496 (48) 99915-1641

Endereço Eletrônico: asm.casaemaus@gmail.com / casalaremaus@yahoo.com

Lei que declara de utilidade pública nº: 3962

Número de inscrição no Conselho Municipal da Assistência Social: 016/98

Número de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: 031 A/2003

Número de inscrição no Conselho Municipal de Educação:

Outros conselhos:

CEBAS (Número do processo que concedeu o último registro e validade):

1.2. Identificação Do Responsável Pela Organização Social

Nome do Presidente: Thiago Bratti Schmidt

Número do RG: 4.124.169 Número do CPF: 065.986.409-62

1.3. Vigência de mandato da diretoria atual: de 21/04/2019 até 21/04/2021

1.4. Áreas das atividades da organização social.

Atendimento ao educando, por meio de programas de convivência e fortalecimento de vínculos, visando a ampliação da jornada escolar às crianças e adolescentes.

Creches – para crianças de até três anos de idade.

Pré-escola - para crianças quatro a cinco anos de idade.

1.4.1. Áreas das atividades da organização social, de acordo com o artigo 5º da Lei nº5.4554, de 30/12/1998.

amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual e físico;

educação complementar e fortalecimento de vínculos;



atendimento educacional especializado.

Creches – para crianças de até três anos de idade.

Pré-escola - para crianças quatro a cinco anos de idade.

1.5. O Estatuto Social está de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal 13.204 2015

Sim Não Em adequação ()

1.6. Apresentação:

No início de 1993, jovens do Movimento de Emaús, movidos pelo espírito de serviço, iniciaram um trabalho de apoio a um grupo de crianças e adolescentes sem vínculo familiar no Município Rancho Queimado, a 75 km de Florianópolis (SC). Este trabalho, embora tenha findado pela dissolução da casa que acolhia tais crianças e adolescentes, motivou os jovens a assumirem novos desafios na cidade de Florianópolis, dando origem à associação Ação Social Missão, em março do mesmo ano.

Constituída como entidade privada sem finalidade lucrativa, com natureza filantrópica, tem por objetivo ser uma casa de acolhimento modelo para atendimento de até 10 crianças do sexo masculino, entre 6 e 12 anos de idade, encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude por meio do Conselho Tutelar de Florianópolis, visando a permanência temporária, até que seja reinserido ao convívio familiar original, colocação em família adotiva (nacional ou internacional) ou preparação para vida autônoma, depois de completados 18 anos. Este acolhimento é previsto pela Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) por meio do art. 101, inciso VII, aplicado quando, após se esgotada todas as medidas de proteção previstas, torna-se meio para proteger a criança ou adolescente das violações que estejam sofrendo em sua família.

A Casa Lar Emaús busca oferecer às crianças um ambiente acolhedor e sadio com transmissão de valores essenciais ao seu bom desenvolvimento. Isso compreende aspectos básicos como moradia, alimentação, acesso à educação, assistência médica-odontológica-psicossocial e também cultura, esporte, lazer bem como todo tipo de preocupação com seu bem estar, oferecendo a possibilidade de novas oportunidades e buscando proteção integral. A Instituição tem seus princípios fundamentados no desenvolvimento de ações que estimulem o bem-estar e favoreçam a inclusão social de crianças que provém de uma situação de risco e vulnerabilidade social. Tem como premissa desenvolver ações para que seus atendidos adquiram consciência de si, fortaleçam sua identidade e construam seu lugar social. Isto significa que cada criança e adolescente deve ser estimulado a se perceber como pessoa com potencial, a sair da situação de dependente, do estigma de abandonado e carente, conquistando a autoconfiança, a autonomia e a emancipação.

Assim, o resultado do trabalho desenvolvido se dá na possibilidade de transformação de vidas. As crianças que são encaminhadas para acolhimento em sua grande maioria provém de uma condição de abandono, de privação de condições mínimas de desenvolvimento ou de algum tipo de



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

exploração e/ou abuso. O acolhimento na instituição oportuniza uma nova fase na vida das crianças acolhidas, buscando prepará-las para seus próximos desafios. Muitos meninos que tiveram a Casa Lar em sua história de vida tornaram-se homens com plena realização pessoal e profissional, pois puderam seguir um novo caminho a partir desta experiência.

2. Descrição do Projeto:

O "Projeto apoio pedagógico" atua com crianças (06 a 12 anos) com a proposta da educação complementar, através do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvendo atividades lúdicas, educativas e leituras tais como oficinas de apoio pedagógico.

2.1. Projeto:

Título do Projeto: Atendimento Complementar Ação Social Missão

Responsáveis

Coordenador: Thiago Bratti Schmidt

RG: 4.124.169 CPF: 065.986.409-62

E-mail: brattithiago@hotmail.com ou asm.casalaremaus@gmail.com

Telefone/e-mail: (48) 3033-4915 / (48) 99915-1641

Camila Rodrigues de Andrade Freires (13) 99648-0496

Assistente Social – CRESS 8.219

Telefone/ e-mail: (48) 3025-4915 - asm.casalaremaus@gmail.com

2.1.2 Período de execução: Início: Fevereiro/2019 Término: Dezembro/2019

2.1.3 Público Alvo:

Atender diretamente 09 (nove) crianças/ Adolescente, do sexo masculino com idade entre 6 a 15 anos, em situação de vulnerabilidade e de risco, proveniente da grande Florianópolis. Estas crianças são encaminhadas pela Vara da Infância e Juventude e pelo Conselho Tutelar.

Justificativa:

A ASM atualmente mantém uma casa Lar para meninos de 6 a 12 anos, visando proporcionar às crianças e adolescentes acolhidos um espaço de desenvolvimento e cuidado. O serviço de acolhimento realizado atende crianças que estão em situação de vulnerabilidade e risco devido à violação de direitos por parte de seus genitores ou guardiões, são crianças em fase de desenvolvimento e em constituição da sua identidade, que necessitam de acompanhamento e proteção integral.

Funcionando como uma moradia provisória a ASM procura se aproximar ao funcionamento de uma casa, objetivando a inclusão social e proteção integral até que seja viabilizado o seu retorno à família de origem ou na sua impossibilidade, o encaminhamento para família adotiva.



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

Para tanto vale ressaltar que a entidade tem como meta de atendimento 10 crianças e adolescentes de 06 a 12 anos, sendo destacados 09 para atendimento direto, pois um dos acolhidos está acima da faixa etária, sendo assim não é contemplado por este projeto, por frequentar o ensino médio.

2.1.4 Objetivo Geral:

Acolher crianças e/ou adolescentes, sob medida de proteção, visando proporcionar proteção, segurança e saúde, favorecendo o seu desenvolvimento físico, intelectual, psicossocial e educacional, conforme previsto pelo ECA, para além disto os fortalecimentos de vínculos e promoção da cidadania no bem estar social e moral.

2.5. Objetivos Específicos:

- Oferecer atividades que estimule a concentração, a habilidade psicomotora e criativa;
- Trabalhar a autoestima e a ampliação da autonomia;
- Desenvolver o autoconhecimento buscando o reconhecimento de suas habilidades;
- Estimular a interação social, o desenvolvimento intelectual e educacional.

2.6. Metodologia de Atendimento

A medida de acolhimento está prevista na Lei n° 8.069/90, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), conforme o art. 101, inciso VII, esta medida somente deverá ser aplicada após se esgotarem todas as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Funcionando ininterruptamente há vinte três anos, o projeto mantido pela entidade Ação Social Missão justifica-se pelos seus méritos, assegurando os direitos das crianças e/ou adolescentes acolhidos, bem com a reinserção à família de origem ou a inserção a família adotiva.

Diante das condições de vulnerabilidade e risco que as crianças e/ou adolescente foram expostos, o projeto viabiliza aos seus acolhidos à formação integral: Participação em reuniões nas escolas das crianças e/ou adolescentes sempre que solicitado; Atendimento às necessidades básicas das crianças e /ou adolescentes (alimentação, vestuário, material escolar, lazer, etc).

A participação diária das Crianças no apoio pedagógico e atividades recreativas ocorrem de segunda a sexta-feira e são realizados na sala de estudos da própria entidade.

O apoio pedagógico é ministrado por voluntários que são capacitados pela própria equipe técnica da entidade, contando com a contratação de uma cozinheira que é responsável pela preparação das refeições, pelos cuidados com a casa e roupas, onde também orienta os acolhidos em suas rotinas diárias.

As crianças serão atendidas diariamente no horário inverso a escola, funcionando no período matutino das 08h ao 12h e no período vespertino das 13h às 17h; importante ressaltar que, quando há necessidade o projeto atende também no período noturno entre 18hs às 20hs.



CasaLar-Emaús
Ação Social Missão

A organização do conteúdo será trabalhado em cima das necessidades de cada acolhido e as atividades serão organizadas de modo a seguir uma rotina que vai desde o acolhimento das crianças e/ou adolescente na instituição até o momento de seu desacolhimento.

O cotidiano da entidade divide-se em:

- Acolhimento e desacolhimento;
- Cuidado de higiene;
- Alimentação balanceada e adequada e também às necessidades individuais;
- Atividades de recreação livre nas salas e no espaço externo;
- Atividades educativas intencionais, tanto nos espaços internos como externos utilizando materiais e locais apropriados para tal fim.

Em relação à avaliação; a proposta de ação é de caráter amplo, transparente e de interação entre os profissionais. Visa socializar o planejamento, monitoramento, e avaliação com todos os atores envolvidos, direta e indiretamente, na qual cada um consciente de seu papel e corresponsável pelos resultados do trabalho desenvolvido.

O monitoramento será contínuo através das atividades regulares e sistemáticas de observação das ações, coletando informações da execução a fim de identificar possíveis desvios das ações programadas e colaborar para o momento de avaliação e posterior tomada de decisões.

O Projeto tem como um dos seus objetivos, acompanhar o desenvolvimento da criança na escola, trabalhar em suas ações com atividades lúdicas que auxiliam o desenvolvimento na escola, com isso se fará necessário um acompanhamento dos boletins escolares das crianças e/ou adolescentes inseridos no projeto, para juntos articular com as escolas e planejar as atividades.

As ações educativas planejadas serão avaliadas e monitoradas mensalmente com a equipe de profissionais educadores e técnicos da entidade com o objetivo de auxiliar o processo de aprendizagem, de fortalecimento da autoestima dos acolhidos e orientar as ações conforme as demandas. No que se refere às crianças e/ou adolescentes a avaliação permite que elas acompanhem suas próprias conquistas, dificuldades e possibilidades ao longo do processo.

No fim do ano reuniremos uma comissão de educadores, cuidadores e Equipe técnica, para fazer a avaliação do trabalho desenvolvido, os pontos positivos e negativos e as estratégias que devemos utilizar para alcançar o sucesso do serviço.

E por fim, usaremos como indicadores que evidenciam o cumprimento dos objetivos propostos abaixo:

- Permanência no projeto de crianças com no mínimo 70% de presença no apoio pedagógico durante o ano;
- Participação das crianças nos eventos promovidos pela instituição em processo interativo;
- Relação com a unidade educativa.

Indicadores



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

Atividades	Indicadores	Meios de verificações
<ul style="list-style-type: none">• Efetuar entrevistas dos voluntários, para avaliação e verificar se tem perfil para realização deste trabalho.• Realizar capacitações para novos voluntários inseridos no projeto;• Solicitar ao voluntário preenchimento do termo de responsabilidade, onde deverão se comprometer ao trabalho no período de 6 meses; e preenchimento da ficha de cadastro.• Reunião direta com as escolas, na qual as crianças e adolescentes frequentam. Com intuito de buscar sugestão e orientação para nortear o voluntário no trabalho pedagógico como acolhidos.	<ul style="list-style-type: none">• Serão realizados 03 capacitações ao ano;• As capacitações serão de acordo com os números de voluntários inscritos;• Após capacitação será efetuado entrevistas individuais, para avaliar perfil dos voluntários e possível inserção no projeto. Estas entrevistas podem ocorrer quatro vezes ao ano, ou mais. Dependendo da demanda.• O Preenchimento das fichas cadastrais e Termo de responsabilidade irão ser solicitado 2 (duas) vezes ao ano, ou quando inserção de voluntários novos.• Estas reuniões com a escola ocorreram, mensalmente ou quando avaliar-se necessário.	<ul style="list-style-type: none">• Listas de presença mensais,• Registros Fotográficos das atividades;• Relatórios de atendimento mensal.



Casa Lar-Emaús
AÇÃO SOCIAL MISSÃO

Quadro de Funcionários Pagos com Recurso da SME

FUNÇÃO (Conforme o registro na CTPS)	Nome do funcionário	Nº Horas Semanais	Dia da semana (atuação)	Horário	Remuneração Média mensal
Cozinheira	Maria José da Cunha de Souza	12/36	Escala de Plantão	7:00 as 19:00	R\$1.600,00

Quadro de profissionais/ voluntários

Nome do Voluntário	Dia da semana (atuação)
Fahena Porto Horbatiuk	Segundas-feiras
Patrick Deryke	Terças-feiras
Patricia Andrade	Quartas-Feiras
Gabriela da Rocha Duarte	Quintas-Feiras
Camila Horbativk Dutra	Sextas-feiras



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

3 - Cronograma De Execução (Meta, Etapa Ou Fase)

TA	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	FIM
	1	Atendimento na Educação Complementar matutino , vespertino e noturno(quando necessário)	Crianças e Matutino/ Adolescentes	09	FEV/19	DEZ/19
			Crianças/ Adolescentes Vespertino			
			Crianças/ Adolescentes Noturno			
	1	Contratação de Profissional	Cozinheira	1	FEV/19	DEZ/19
	1	Alimentação Escolar	Refeição	42 refeições/dia	FEV/19	DEZ/19
TA	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INICIO	FIM
	Entidade de Acolhimento	APOIO PEDAGÓGICO	01	10	FEV/19	DEZ/19



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

4. Plano ANUAL de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos).

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS
	ÓRGÃO CONCEDENTE
Higiene e Limpeza	
Material didático	
Material de Expediente	
Manutenção	
FUNCIONÁRIOS	
Contratação de Pessoal(Pedagogo, Cozinheiro, auxiliar de serviços Gerais)	R\$14.400,00
Encargos (INSS, FGTS, IR, PIS e VALE TRANPORTE)	R\$1.800,00
SERVIÇOS	
Serviços de Terceiros Pessoa Física e pessoa jurídica	
TOTAL	
CUSTOS INDIRETOS	
Internet	
Assessoria Jurídica	
Assessoria Contábil	
Telefone	
Luz	
TOTAL(Até 15%)	
Alimentação	R\$5.862,24
TOTAL GERAL	R\$22.062,24



Casalar - Emaús
Associação Social Aldeias

4.1 Plano Mensal de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos).

ESPECIFICAÇÃO DAS AÇÕES	VALORES EM REAIS											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
DESPESAS CORRENTES:												
MATERIAL DE CONSUMO												
Higiene e Limpeza												
Material didático												
Material de Expediente												
Manutenção												
FUNCIÓNARIOS												
Contratação de Pessoal(Pedagogo, Cozinha, auxiliar de serviços Gerais)			1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	
Encargos (INSS, FGTS, IR, PIS e VALE TRANSPORTE)			200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	
SERVIÇOS												
Serviços de Terceiros Pessoa Física e Pessoa Jurídica												
TOTAL			1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	
CUSTOS INDIRETOS												
Internet												
Assessoria Jurídica												
Assessoria Contábil												
Telefone												
Luz												
TOTAL (Até 15%)												
Alimentação			651,36	651,36	651,36	651,36	651,36	651,36	651,36	651,36	651,36	
TOTAL GERAL			2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	

5 – Articulação em rede: Identificar as instituições e/ou organizações com as quais haverá articulação para o alcance dos objetivos propostos na execução do projeto.

Juizado Vara da Infância e Juventude da capital	Encaminhamentos das Crianças e Adolescentes	Mensal
Ministério Público	Encaminhamentos das Crianças e Adolescentes	Mensal
SEMAS	Convênios	Mensal
SME	Convênios	MENSAL
Fórum de Políticas Públicas	Participação nas reuniões	Mensal
Conselhos Tutelares	Encaminhamentos das Crianças e Adolescentes	Mensal
CMDCA	Participação nas Plenárias e encaminhamento de projeto de captação de recursos	Mensal
CMAS	Participação nas Plenárias e adequação às orientações técnicas para entidades.	Mensal
VOLUNTARIOS	Para realização do apoio-pedagógico com as crianças e Adolescentes	Semanalmente
DOAÇÕES PRIVADAS	Captação de verbas através de pessoas físicas, através da conta de Luz, eventos beneficente e brechós Etc...	MENSAL

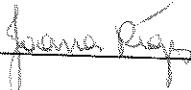
6 - Declaração:

Na qualidade de representante legal, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos consignados no orçamento do Município na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Termos,

Pede deferimento

Florianópolis, 28 de agosto de 2019.



Assinatura do Presidente

Joana Sá Fortes Regis

7. Análise do Plano de Trabalho

7.1. Em casos de Inexigibilidade ou Dispensa

Responsável pela análise

Aprovado ()

Reprovado ()



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

ANEXO X, parte integrante do Decreto n.17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS PREVISTOS, TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Órgão/Entidade Beneficiada: AÇÃO SOCIAL MISSÃO CNPJ 72.291.198/10
Título do Projeto: Atendimento Complementar – Casa Lar Emaús

Início: Mar/2019

Término: Dez/2019

Objetivo do Projeto: Acolher crianças/ adolescentes, sob medida de proteção e Oferecer atendimento na educação complementar para 09 crianças/ Adolescente ampliando sua visão de mundo, trabalhando, o fortalecimento de vínculos, através de ações educacionais e sociais a construção do indivíduo como ser humano, na promoção da cidadania e no bem estar social e moral. Incentivando-os a desenvolverem habilidades e valores para conhecerem suas potencialidades e se perceberem como sujeitos de direitos.

Declaração:

Declaramos para os devidos fins de direito, especialmente para atender o disposto no Decreto nº 17.361, de 2017, que a entidade supra citada cumpriu plenamente os objetivos previstos no Plano de Trabalho apresentado quando da solicitação dos recursos.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

Joana Sá Fortes Regis.

Presidente

Gabriel Richter Pires

Tesoureiro



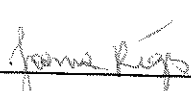

Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

ANEXO XI, parte integrante do Decreto n. 17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS					
(TERMO DE FOMENTO 026 /PMF/SME)					
MÊS	ANO	PARCELA	CONCEDENTE	DATA DEPÓSITO	Nº TERMO
Setembro	2019	07	PMF/ SME	05/09/2019	026
ENTIDADE: AÇÃO SOCIAL MISSÃO					
ENDEREÇO: Rua Eurico Hosterno 321- Santa Monica					
CEP: 88.035-400			FONE: 48 991022653		
RESPONSÁVEL: JOANA SÁ FORTES REGIS					
CPF: 044.225.849-60			VALOR: R\$ 651,36		

DOCUMENTOS					
Nº TRANSF.	Nº NOTA FISCAL	DATA DA EMISSÃO NF	HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
140373		04/09/2019	Repasse parcela 07	651,36	
155320	602	07/10/2019	É de Casa Supermercado		621,53
RECURSO PRÓPRIO					
SALDO A DEVOLVER					
TOTAL				651,95	29,83
				651,95	651,95

Florianópolis, 10 de outubro de 2019

 Joana Sá Fortes Regis Presidente	 Gabriel Richter Pires Tesoureiro
--	--

Federal n 13.019/2014 alterada pela Lei Federal n 13.204/2015
Artigo 45, I e II
Resolução Normativa N. TC-14/2012

ANEXO EDUCAÇÃO, parte integrante do Decreto n. 17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

DECLARAÇÃO

Órgão/Entidade Beneficiada: AÇÃO SOCIAL MISSÃO CNPJ 72.291.198/10
Título do Projeto:

Início: JAN/2019

Término: DEZ/2019

Objetivo do Projeto:

Acolher crianças/adolescentes, sob medida de proteção e oferecer atendimento na educação complementar para 09 crianças/ Adolescente ampliando sua visão de mundo, trabalhando, o fortalecimento de vínculos, através de ações educacionais e sociais a construção do indivíduo como ser humano, na promoção da cidadania e no bem-estar social e moral. Incentivando-os a desenvolverem habilidades e valores para conhecerem suas potencialidades e se perceberem como sujeitos de direitos.

Metas Atingidas:



ANEXO VII, parte integrante do Decreto n. 17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

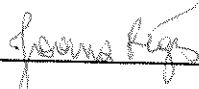
DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Na qualidade de representante legal da AÇÃO SOCIAL MISSÃO com sede na Rua Eurico Hosterno 321 – Santa Monica, no Município de Florianópolis – SC, inscrita no CNPJ sob o n. 72.291.198/0001-10, declaro para os devidos fins que recebemos a importância de R\$ 651,36 referente a parcela nº 07 Alimentação objeto é Atendimento Complementar – Casa Lar Emaús.

Me comprometo a prestar contas dos recursos que nos foram concedidos pelo município no prazo máximo de 70 (setenta dias), em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Decreto n.17.361 , de 2017, sob pena da aplicação das sanções legais.

Para maior clareza firmo a presente.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019



Joana Sá Fortes Regis

Presidente

**Comprovante de transferência eletrônica disponível**

Via Internet Banking CAIXA

Tipo de TED:	TED para terceiros
Conta origem:	1873 / 003 / 00003045-1
Tipo de conta:	01 - Conta Corrente
Tipo de pessoa:	JURÍDICA
Nome:	ACAO SOCIAL MISSAO
CPF/CNPJ:	72.291.198/0001-10

Banco:	748 - SICREDI - 01181521
Tipo de conta:	01 - Conta Corrente
Conta destino:	0226 / 00000084654-6
Tipo de pessoa:	JURÍDICA
Nome:	E DE CASA SUPERMERCADO
CPF/CNPJ:	33.030.242/0001-87
Valor:	R\$ 621,53
Valor da tarifa:	R\$ 9,50
Finalidade:	05 - Pagamento de Fornecedores
Identificação da operação:	SUPER.ROSA.NF602
Histórico:	

Data / Hora da operação:	07/10/2019 14:50:05
---------------------------------	---------------------

Código da operação:	00155320
Chave de segurança:	F1K4EMWKZTENUX4H

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

**E DE CASA SUPERMERCADOS
EIRELI**

DANFE

Documento Auxiliar
da Nota Fiscal
Eletrônica



RODOVIA ADMAR GONZAGA, 1925
BAIRRO ITACORUBI
FLORIANOPOLIS - SC
CEP 88034-000
Telefone: (48) 33058025

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA **1**
Nº. 000000602
SÉRIE 1
FOLHA 01/01

CHAVE DE ACESSO
4219 0833 0302 4200 0187 5500 1000 0006 0218 6787 9625
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz
autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
VENDA VINCULADA CUPOM FISCAL

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
342190126131956 29/08/2019 16:37:28

INSCRIÇÃO ESTADUAL 260015563 INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO CNPJ 33.030.242/0001-87
DESTINATÁRIO/REMETENTE NOME/RAZÃO SOCIAL ACAA SOCIAL MISSAO CNPJ/CPF 72.291.198/0001-10 DATA DA EMISSÃO 29/08/2019
ENDEREÇO RUA EURICO HOSTERNO, 321 BAIRRO/DISTRITO SANTA MONICA CEP 88035-400 DATA SAÍDA/EMIÇÃO 29/08/2019
MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS FONE/FAX (48) 32334915 UF SC INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTO HORA DE SAÍDA 16:39

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLCULO DO ICMS VALOR DO ICMS 605,42		BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 65,07		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 621,53	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,02	OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS 0,02	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL 621,53				

TRANSPORTADOR/VOLÚME TRANSPORTADOS NOME/RAZÃO SOCIAL FRETE POR CONTA 9-Sem Frete COL. ANTT PLACA VEÍCULO UF CNPJ/CPF
ENDEREÇO MUNICÍPIO UF INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE 120,54	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
-------------------	---------	-------	--------	------------	--------------

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVICOS	NCM/SH	CST	CEP	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTA ICMS IPI
14	VERD ALHO	07032090	200	5929	KG	0,240	19,96	4,79	4,79	0,57	12,00	
126	CARNE 2 MUSCULO MOLE EMERALDO	02013000	000	5929	KG	7,848	18,50	145,19	145,19	17,42	12,00	
200	FRANGO COXA/SOBR MACEDO CGMG.	02071400	000	5929	KG	2,129	8,69	18,50	18,51	2,22	12,00	
209	COXA/SCRECONA CARRER C/DORSAL	02071400	000	5929	KG	1,460	5,99	8,75	8,74	1,05	12,00	
484	CARNE SUINA BISTECA	02031900	000	5929	KG	5,532	8,94	49,46	49,47	5,94	12,00	
617	CARNE 2 PALETA EMERALDA	02013000	000	5929	KG	1,876	19,50	36,58	36,58	4,39	12,00	
4819	CARNE 1 COXA FORA EMBALADO	02013000	000	5929	KG	1,102	19,98	22,02	22,02	2,64	12,00	
4686	VERD REPOLHO	07032090	040	5929	UN	2,000	2,99	5,98				
8661	BISC ISABELA LEITE	19053100	030	5929	UN	2,000	3,89	7,78	7,78	1,32	17,00	
8940	LEITE L.V.TERRA VIVA INTEGRAL1000ml	04012010	090	5929	UN	72,000	2,39	172,08	172,08	12,05	7,00	
14554	SAL SALMONETS REFINADO 1000g	25010020	000	5929	UN	1,000	1,59	1,59	1,59	0,20	12,00	
18865	PAC WICK BOLD TRADICIONAL	19059010	500	5929	UN	4,000	4,65	18,60	18,60	2,23	12,00	
19575	VERD HIDROPONICO ALFACE Un	07051900	040	5929	UN	2,000	2,49	4,98				
29784	OLEO SOJA LEVE 900ml	15079011	300	5929	UN	5,000	3,29	16,45	16,45	1,97	12,00	
33703	FRANGO FILEZINHO MACEDO SASSAMI IQF1000g	02071400	000	5929	UN	2,000	12,95	25,90	25,90	3,11	12,00	
38690	BISC ISABELA LEITE/ VIT. FRUTAS 400g	19053100	000	5929	UN	2,000	4,95	9,90	9,90	1,68	17,00	
38775	VERD TOMATE ITALIANO	07020000	040	5929	KG	1,360	3,79	5,15				
39268	FRANGO PEITO FILE AVE SERRA IQF.1000GR	02071400	000	5929	UN	5,000	12,95	64,75	64,75	7,77	12,00	
39543	MOLHO TOM BONARE TRAD SACHE 340GR	21032010	000	5929	UN	2,000	1,49	2,98	2,98	0,51	17,00	

CÁLCULO DO ISSQN	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
------------------	---------------------	--------------------------	--------------------------	----------------

DADOS ADICIONAIS
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Referente ao ECF: 4 NÚM.FAB.: EP12181000000023576 CUPOM: 30664 MD-5:
SDD25747CE55289E7496B73970291A75

RESERVADO AO FISCO

CERTIFICO que o **SERVIÇO** constante deste documento foi **RECEBIDO** e **PRESTADO** e aceito.

Em 29/08/19

ASSINATURA
NOME: GABRIEL RICARDO PIRES
CARGO: RESPONSÁVEL
MATRÍCULA:

**2ª Via - Comprovante de transferência eletrônica disponível**

Via Internet Banking CAIXA

Tipo de TED:	TED para terceiros
Conta origem:	1873 / 003 / 00003045-1
Tipo de conta:	01 - Conta Corrente
Tipo de pessoa:	JURÍDICA
Nome:	ACAO SOCIAL MISSAO
CPF/CNPJ:	72.291.198/0001-10

Banco:	001 - BANCO DO BRASIL S/A - 00000000
Tipo de conta:	01 - Conta Corrente
Conta destino:	<u>3582 / 00000002567-4</u>
Tipo de pessoa:	JURÍDICA
Nome:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS
CPF/CNPJ:	82.892.282/0001-43
Valor:	R\$ 29,83
Valor da tarifa:	R\$ 9,50
Finalidade:	10 - Crédito em Conta
Identificação da operação:	DEVOL.SALDOPARCO7.ME
Histórico:	

Data / Hora da operação:	16/10/2019 13:44:16
---------------------------------	---------------------

Código da operação:	00168483
Chave de segurança:	JGKSQ4Z709MR302A

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

DEVOLUÇÃO SALDO

MORCENOP

PARC. 07



Extrato por período

Cliente: ACAO SOCIAL MISSAO

Conta: 1873 / 003 / 00003045-1

Data: 21/10/2019 - 16:41

Mês: Setembro/2019

Período: 1 - 30

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	806,88 C
03/09/2019	031646	ENVIO TEV	519,00 D	287,88 C
05/09/2019	140737	PREFEITURA	2.451,36 C	2.739,24 C
10/09/2019	082019	DB CEST PJ	49,00 D	2.690,24 C
25/09/2019	000000	MANUT CTA	42,00 D	2.648,24 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

Help Desk CAIXA: 0800 726 0104



Extrato por período

Cliente: ACAO SOCIAL MISSAO

Conta: 1873 / 003 / 00003045-1

Data: 31/10/2019 - 18:36

Mês: Outubro/2019

Período: 1 - 31

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	2.648,24 C
03/10/2019	031611	ENVIO TEV	525,00 D	2.123,24 C
07/10/2019	140737	PREFEITURA	651,36 C	2.774,60 C
07/10/2019	140737	PREFEITURA	1.800,00 C	4.574,60 C
07/10/2019	155320	ENVIO TED	621,53 D	3.953,07 C
07/10/2019	183626	ENVIO TED	651,36 D	3.301,71 C
07/10/2019	195059	ENVIO TED	389,67 D	2.912,04 C
07/10/2019	071620	TEV MESM T	164,76 D	2.747,28 C
07/10/2019	071620	TEV MESM T	205,57 D	2.541,71 C
07/10/2019	155320	DOC/TED INTERNET	9,50 D	2.532,21 C
07/10/2019	183626	DOC/TED INTERNET	9,50 D	2.522,71 C
07/10/2019	195059	DOC/TED INTERNET	9,50 D	2.513,21 C
09/10/2019	121675	ENVIO TED	381,70 D	2.131,51 C
09/10/2019	121996	ENVIO TED	405,12 D	1.726,39 C
09/10/2019	122701	ENVIO TED	699,39 D	1.027,00 C
09/10/2019	121675	DOC/TED INTERNET	9,50 D	1.017,50 C
09/10/2019	121996	DOC/TED INTERNET	9,50 D	1.008,00 C
09/10/2019	122701	DOC/TED INTERNET	9,50 D	998,50 C
10/10/2019	100709	TEV MESM T	287,78 D	710,72 C
10/10/2019	100709	TEV MESM T	102,78 D	607,94 C
10/10/2019	092019	DB CEST PJ	49,00 D	558,94 C
16/10/2019	168483	ENVIO TED	29,83 D	529,11 C
16/10/2019	173258	ENVIO TED	365,44 D	163,67 C
16/10/2019	168483	DOC/TED INTERNET	9,50 D	154,17 C
16/10/2019	173258	DOC/TED INTERNET	9,50 D	144,67 C
25/10/2019	250705	TEV MESM T	97,07 D	47,60 C
25/10/2019	000000	MANUT CTA	42,00 D	5,60 C

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS

Nota de Empenho

Data: 14/08/2019
Nº do empenho : 9133/19
Ordinário
Processo :

C.N.P.J.: 82.892.282/0001-43

Município: Florianópolis

Órgão: 19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Funcional: 12.361.0103 - 103 - "EDUCAÇÃO"
Projeto/Atividade: 2.929 - TRANSF. POR CONVÊNIO A ENTIDADES FILANTROPICAS
Elemento: 3.3.50.43.00.00.00.0081 - Subvencoes Sociais
Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
Código reduzido: 000384
Tipo de Despesa: 335043108 - Alimentação Escolar

Dotação Inicial:	4.130.000,00	Empenhos anteriores :	4.201.327,08
Suplementações:	2.900.000,00	Valor do empenho :	651,36
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	7.030.000,00	Total (B) :	4.201.978,44
		Saldo (A - B) :	2.828.021,56

Credor: 8489 ACAO SOCIAL MISSAO
Endereço: RUA EURICO HOSTERNO QUADRA, 09, S/N Cidade: Florianópolis UF: SC
C.N.P.J.: 72.291.198/0001-10 Inscr.Est./Ident.Prof.:
Banco: 104 - 104-CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Agência: 1873-2 Conta Corrente: 3045-1

Especificação: 1

PELAS SUBVENÇÕES REFERENTE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDIMENTO DE 9 CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, CONFORME TERMO DE FOMENTO Nº026/2018, 7ª PARCELA DE ALIMENTAÇÃO 2019, DISPENSA 014/2018 PUBLICADA EM 15/03/2018.

Fonte de recursos : Ordinário Total geral : 651,36

Fica empenhada a importância de 651,36 (seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos)

Fundamento legal : 26/2018 Data : 29/03/2018
Modal. licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços ✓ Número : Data :
Contrato : Data :

Banco: Cheque Núm: Ordem Banc. Núm Data Pagamento

Flávia C. de Souza
MAY 29 2019
EMP/SMC

Responsável pela Emissão
(com carimbo) Recibo do Credor

Maurício Fernandes Pereira
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 17.099/2017

Ordenador da Despesa

Constâncio Alberto Salles Maciel
Sec. Municipal da Fazenda



ANEXO XIII, parte integrante do Decreto n. 17.361/17 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

RELATÓRIO TÉCNICO - COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO – PARTE 1º

Protocolo de Entrada nº: _____
 Organização da Sociedade Civil Beneficiada: **AÇÃO SOCIAL MISSÃO** Data: 01/11/19.
 Unidade Gestora de Origem: PMF/SME.
 Nota de Empenho (NE)nº: 9133/19.
 Valor da Liberação: R\$ 651,36
 Categoria _____ Data: 05/09/19.
 Subvenção Contribuição Auxílio
 Tipo de Parceria:
 Termo de Colaboração Termo de Fomento Acordo de Cooperação Convênio
 Número: 026/18.
 Modalidade:
 Chamamento Público Dispensa Inexigibilidade
 Número: 014/18.
 Esta Prestação é referente a parcela nº.: 07/ ALIMENTAÇÃO/ 2019.

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC	Norma Legal	S	N
1. Processo Administrativo Inicial			
1.1 Houve abertura de processo administrativo para a concessão do recurso?		X	
1.2 No caso de ausência do chamamento público, foi expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 9º.	X	
1.3 O extrato da justificativa foi publicado no diário oficial do município?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 14.	X	
1.4 Houve impugnação da justificativa?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 14, § 1º	X	
2. Termo de Parceria	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 14, § 2º		X
2.1 Consta no processo a cópia do Termo de parceria ou Acordo de Cooperação?			
2.2 O Termo de Parceria ou o Acordo de Cooperação, seguiram as normas determinadas no art. 36 do Decreto Municipal nº 17.361/17?	IN 14/2012, art. 50 - TCE/SC	X	
3. Plano de Trabalho	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 36;		NA
3.1 O Plano de Trabalho foi devidamente aprovado pelos responsáveis, inclusive pela Assessoria Jurídica?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 26;	X	
3.2 Consta a forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a elas atreladas?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 25 IV.	X	
3.3 Está descrito os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 25 V.	X	
3.4 Está contemplada a definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 25º VI.	X	
3.5 Houve alteração no termo de fomento, colaboração ou no plano de trabalho?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 26.		X
3.6 Consta no processo a cópia da alteração (Termo Aditivo ou Apostilamento) ser for o caso?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.37.		NA
4. Atuação em Rede			
4.1 A atuação em rede está prevista no edital de chamamento público?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 16.		NA
4.2 A organização da sociedade civil que atuará em rede possui no mínimo 5 (cinco) anos de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ.	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 16.	X	
4.3 A cópia da celebração do termo de atuação em rede pactuado entre a organização da sociedade civil e a parceira foi entregue na unidade gestora?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 17.	X	
5. Prestação de Contas			
5.1 A prestação de contas possui capa?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59.	X	
5.2 Consta o Ofício de encaminhamento da prestação de contas assinado pelo presidente da Organização da Sociedade Civil?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59.	X	
5.3 Prestação de contas foi entregue no prazo legal?	Decreto 17.361, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.	X	
5.4 A prestação de contas é provisória a título de fiscalização?	Decreto 17.361, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.		X
5.5 Prestação de contas está organizada por parcela, conforme item de despesa, em folha A-4 e numerada?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 38 - TCE/SC.	X	
5.6 Consta a cópia do Plano de Trabalho?	Decreto n. 17.361, de 2014, art. 25. IN 14/2012, art. 21- TCE/SC.	X	
5.7 As metas quantitativas e mensuráveis propostas foram atingidas?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 25.	X	
5.8 Caso negativo, houve justificativa?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 25.		NA
6. Relatório de Execução Financeira			
6.1 Consta no processo a cópia da Nota de Empenho?	IN 14/2012, art. 39 - TCE/SC	X	
6.2 Consta o relatório de execução financeira – Balancete?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.	X	
6.3 O relatório está assinado pelo presidente e/ou procurador da organização da sociedade civil?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43- TCE/SC.	X	
6.4 O relatório está assinado pelo responsável financeira da organização da sociedade civil?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.	X	
6.5 Consta o extrato da conta bancária com movimentação completa do período?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43- TCE/SC.	X	
6.6 A conta bancária é específica?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 45 IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.	X	
6.7 Houve aplicação financeira dos recursos?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 53. IN 14/2012, art. 29 - TCE/SC.		X
6.8 O recurso foi integralmente utilizado?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 54.		X
6.9 Houve devolução do saldo remanescente?	Decreto n. 17.361, de 2014, art.59. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.	X	
6.10 Há cópias das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.56. Decreto n. 17.361, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.	X	
6.11 Os documentos fiscais da execução da despesa estão nome da Organização da sociedade civil ou parceira da rede?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.	X	
6.12 Os documentos fiscais possuem data, durante a vigência do Termo de parceria ou do Acordo de Cooperação?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 52.	X	
6.13 O documento fiscal consta a descrição completa do serviço/material?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.	X	



6.14 O documento fiscal consta quantidade, valor unitário e total do produto/serviço?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.	X	
6.15 Consta no documento fiscal a certificação que o material foi recebido ou o serviço prestado?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 36 - TCE/SC.	X	
6.16 Consta na prestação de contas Nota Fiscal Avulsa com o respectivo Documento de Arrecadação Municipal - DAM ?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.59.		X
6.17 Há despesa com pagamento de Folha de pessoal?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
6.18 Apresentou Guia de Recolhimento INSS (GPS)?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
6.19 Apresentou Guia de Recolhimento FGTS (GRF)	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
6.20 Há despesas com pagamento de diárias, referente a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA

Receita	
Transferência	Valor
Recurso recebido:	R\$ 651,36.
Recurso próprio:	-
Aplicação Financeira:	-
Total:	R\$ 651,36.
Despesa	
1) Despesas Correntes	
1.1) Material de Consumo:	
1.2) Outros Serv Terceiros - P F	
1.3) Outros Serv Terceiros - P J	
1.4) Alimentação	R\$ 621,53.
Total (1):	
2) Despesa de Capital	
2.1) Equipamentos e Material Permanente	
Total (2):	
3) Custos Indiretos	
Internet:	
Transporte:	
Aluguel:	
Telefone:	
Água:	
Luz:	
Gás:	
Assessoria Jurídica:	
Serviços Contábeis:	
Outros Custos: (especificar)	
Total (3):	
Total (1+2+3)	R\$ 621,53.
4) Despesas Glosadas:	
5) Saldo a devolvido:	R\$ 29,83.
6) Saldo a transportar	
4) Despesas Glosadas:	

7. Custos	Norma Legal	S	N
7.1 Os custos indiretos estão vinculados à execução do projeto?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.25. Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
7.2 Os custos indiretos então dentro do percentual máximo de 15%?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.25. Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
7.3 Houve a aquisição de equipamentos e matérias permanentes essenciais à consecução do objeto?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		X
7.4 Caso positivo, o bem foi gravado com cláusula de inalienabilidade?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
7.5 A despesa foi executada conforme Plano de Trabalho aprovado?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.25 e art.26.	X	
7.6 Consta Fotografia ou outras mídias sobre a execução do projeto?	IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC. Decreto n. 17.361, de 2017, art.59.	X	
7.7 Há comprovação de despesa com combustível?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		NA
7.8 Há comprovação de despesa com publicidade?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		NA
7.9 Há comprovação de despesa com alimentação?	IN 14/2012, art. 34 - TCE/SC.		NA
7.10 Há comprovação de despesa com assessoria?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.	X	
7.11 Há comprovação de despesa com locação de veículo (transporte)?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		NA
7.12 Há comprovação de despesa com curso, seminário, Workshop?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		NA
7.13 Há comprovação de despesa com locação de equipamentos?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		NA

A comissão de monitoramento e avaliação no uso de suas atribuições em conformidade com o art. 40, art. 41 e art. 42, do Decreto nº. 17.362, de 15 de março de 2017, relata que:

1. As atividades propostas no plano de trabalho foram desenvolvidas conforme o plano previamente aprovado.
2. Quanto às metas estabelecidas, conforme o plano de trabalho e indicador proposto, verificou-se que as metas foram atingidas
3. A visita in loco foi comunicada a Entidade, conforme estabelece o § 3º, art. 40, do Decreto Municipal nº 17.361/2017 (Verificar o ofício nº 1339/2017/GS/SME/PMF).
4. As visitas in loco foram realizadas, conforme o ofício nº (Verificar o ofício nº 1339/2017/GS/SME/PMF).
5. O relatório da visita in loco foi encaminhado à organização da sociedade civil, em XX./ XX./XXXX, conforme determina o § 4º, art. 40, do Decreto Municipal nº 17.361/2017, (Verificar o ofício nº 1339/2017/GS/SME/PMF).



CONCLUSÃO

Desta forma, após análise da documentação apresentada, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, quanto à análise dos pré-requisitos exigidos para a prestação de contas e a execução das despesas, registra os seguintes apontamentos:

RESTRICÇÕES: não há.

RECOMENDAÇÕES: não há.

Assim sendo, esta Comissão, nomeada através da Portaria nº.3858/2018, publicada no Diário Oficial do Município nº 2347 de 03 de janeiro de 2019, exara o parecer pela (X)APROVAÇÃO ()REPROVAÇÃO desta prestação de contas.

Florianópolis, 04/11/19.

- (X) Regular
- () Regular com ressalva
- () Irregular, para abertura de diligência

Sonia Santos Lima de Carvalho
MATRÍCULA Nº: 13104-0
Comissão de Monitoramento e Avaliação

Cleusa Regina Silvano
MATRÍCULA Nº: 12403-6
Comissão de Monitoramento e Avaliação

Vera Lúcia Klein
MATRÍCULA Nº: 10650-0
Comissão de Monitoramento e Avaliação

Tatiana da Rosa Pereira da Silva
MATRÍCULA Nº: 16032-6
Secretária da Comissão de Monitoramento e Avaliação

Silvana Ramos Lento
MATRÍCULA Nº: 21305-5
Presidente da Comissão de Monitoramento e Avaliação



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 2347
Florianópolis/SC, quinta-feira, 3 de Janeiro de 2019

Edição Nº 2347
Florianópolis/SC, quinta-feira, 3 de Janeiro de 2019

processo n.º 8500/13, com base no artigo 103 do
Lei Complementar 089/2003 CMF. Restabelece, Art. 1º
manuscrita n.º 13628-0, ocupante do cargo de
Auxiliar Operacional, Setor de Secretaria
Municipal do Serviço Técnico e
Desenvolvimento Econômico, de 30 (trinta) dias,
no período de 04 de março de 2019 a 03 de abril
de 2019, referente ao 1º quinzenal, vencido em
30/08/2012, Florianópolis, 23 de dezembro de
2018. Cíassu Brasileira Pacheco de Souza Diretora do
Sistema de Exatidão de Pessoas

**PORTARIA Nº 3857/2018 - O SECRETÁRIO
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das
atribuições conferidas pelo Decreto nº
11.359/2013, com base no Art. 64 da Lei
Complementar nº 897/2017 e Decreto nº
17.361/2017; RESOLVE: Art. 1º DESIGNAR a
servidora ALEXANDRA TURINES CLASSEM, matriculada
nº 31240-7, como Presidente, SONIA SANTOS DE
LIMA DE CARVALHO, matriculada nº 83104-0, como
Secretária, SANDRA REGINA BENSELNE, matriculada nº
15017-7, DORNEI HARPER, matriculada nº 09657-1 e
ZENILDA FERREIRA DE FRANCIOSI, matriculada nº
12497-5, como membros, para comporem o
CONSELHO DE SELEÇÃO - Art. 3º DO DECRETO Nº
17361/2017, do Secretário Municipal de Educação,
Art. 2º O prazo de duração desta comissão será até
31/12/2018. Art. 3º Os membros participantes da
comissão estarão em suas atividades sem prejuízo
das funções que ocupam e será considerada a
prestação do serviço público relevante e não fará
remuneração especial. Art. 4º Esta Portaria será
publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município,
com efeito a partir de 03 de janeiro de 2019.
Florianópolis, 24 de dezembro de 2018. EVERSON
MENDES - Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3858/2018 - O SECRETÁRIO
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das
atribuições conferidas pelo Decreto nº
11.359/2013, com base no Art. 64 da Lei
Complementar nº 897/2017 e Decreto nº
17.361/2017; RESOLVE: Art. 1º DESIGNAR a
servidora SILVANA RAMOS LIMTO, matriculada nº
21305-5, como Presidente, TATIANA DA ROSA
PÉREIRA DA SILVA, matriculada nº 18092-5, como
Secretária, TATIANA DA ROSA FERREIRA DA SILVA,
matriculada nº 13202-6, SONIA SANTOS DE LIMA DE
CARVALHO, matriculada nº 13204-0, VERA LUCIA
KLEIN, matriculada nº 10650-0 e CÍASSU REGINA
SILVANO, matriculada nº 12498-8, como membros,
para comporem o CONSELHO DE
MONTORGAMENTO E AVALIAÇÃO OJ LUCAS DE
ORGANIZAÇÃO SANDRONE TOLR DA ED. Infantil e de

17361/2017, do Secretário Municipal de Educação,
Art. 2º O prazo de duração desta comissão será até
31/12/2019. Art. 3º Os membros participantes da
comissão estarão em suas atividades sem prejuízo
das funções que ocupam e será considerada a
prestação do serviço público relevante e não fará
remuneração especial. Art. 4º Esta Portaria será
publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município,
com efeito a partir de 03 de janeiro de 2019.
Florianópolis, 26 de dezembro de 2018. EVERSON
MENDES - Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3859/2018 - O SECRETÁRIO
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das
atribuições conferidas pelo Decreto nº
11.359/2013, com base no Art. 64 da Lei
Complementar nº 897/2017 e Decreto nº
17.361/2017; RESOLVE: Art. 1º DESIGNAR a
servidora SIMONE MARIA AVEIA FOCHICATO,
matriculada nº 15976-0, como Presidente, CRISTIANE
FARIAS, matriculada nº 13395-7, como Secretária,
CRISTIANE SCHÄPER, matriculada nº 17603-6,
SABARA REGINA BENSELNE, matriculada nº 15017-7 e
DENISE WESTPHAL SA, matriculada nº 17788-0, como
membros, para comporem o CONSELHO DE
MONTORGAMENTO E AVALIAÇÃO OJ LUCAS DE
UNIDADES EDUCATIVAS DA RIME - Art. 4º DO
DECRETO Nº 17361/2017, do Secretário Municipal
de Educação, Art. 2º O prazo de duração desta
comissão será até 31/12/2019. Art. 3º Os membros
participantes da comissão estarão em
atividades sem prejuízo das funções que ocupam e
será considerada a prestação do serviço público
relevante e não fará jus a qualquer espécie de
remuneração ou remuneração especial. Art. 4º Esta
Portaria será publicada no Diário Oficial Eletrônico
do Município, com efeitos a partir de 19 de janeiro
de 2019, Florianópolis, 26 de dezembro de 2018.
EVERSON MENDES - Secretário Municipal de
Administração

**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA CHAMADA
PÚBLICA Nº 017/2018/SMS/OS - O Município de
Florianópolis**, por intermédio da Comissão
de Avaliação do Processo de Chamamento Público nº
00/2018/SMS/OS, nome público aos interessados ao
resultado publicado no dia 14/12/2018, FICHAS
classificatórias nº 2336), ficou inscrita a seguinte
classificação: 11 - Hospital Psiquiátrico Espírito
Santas de Nova Jurema - ACEN, Informa que a
Ara de Análise Recursal n.º 001, Informa que a
Homologação se encontram concluídas em todos
os processos. Fica o Hospital Psiquiátrico Espírito
Santas de Nova Jurema - ACEN, Informa que a
Homologação se encontram concluídas em todos
os processos.

Florianópolis, 01 de Junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA OPERACIONAL



Florianópolis, 01 de Junho de 2017.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARENCIA E CONTROLE
CÍASSU**

Florianópolis, 01 de Junho de 2017.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARENCIA E CONTROLE
CÍASSU**

[Handwritten Signature]
MARCIO BERNARDINI NEUHA
Secretário Municipal de Educação

[Handwritten Signature]
MARCIO BERNARDINI NEUHA
Secretário Municipal de Educação



ANEXO XIV, parte integrante do Decreto n. 17.361/17 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO GESTOR DO TERMO – PARTE 2

Protocolo de Entrada nº.: _____
 Organização da Sociedade Civil Beneficiada: **AÇÃO SOCIAL MISSÃO** Data: 01/11/19.
 Unidade Gestora de Origem: PMF/SME.
 Nota de Empenho (NE) nº: 9133/19.
 Valor da Liberação: R\$ 651,36
 Categoria _____ Data: 05/09/19.
 Subvenção Contribuição Auxílio
 Tipo de Parceria:
 Termo de Colaboração Termo de Fomento Acordo de Cooperação Convênio
 Número: 026/18.
 Modalidade:
 Chamamento Público Dispensa Inexigibilidade
 Número: 014/18.
 Esta Prestação é referente a parcela nº.: **07/ALIMENTAÇÃO/ 2019.**
 Portaria de nomeação do Gestor do Termo nº.: 182/2017 Publicada no Diário Oficial nº.: 2228

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC		Norma Legal	Sim	Não
1. O relatório da Comissão de Avaliação e Monitoramento está de acordo com o que determina o Decreto?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 40 e 41	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Consta no relatório da Comissão de avaliação e Monitoramento a cópia da portaria de designação dos seus membros?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 40	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. A Comissão de Avaliação e Monitoramento solicitou abertura de diligência?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 62	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4. Pode-se considerar, com base no relatório de avaliação e monitoramento, que as metas foram alcançadas, conforme proposto no plano de trabalho?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 39	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. O relatório de avaliação e monitoramento conclui pela aprovação da prestação de contas?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 41	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Verifica-se algum indício de irregularidade no processo?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 39,V	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
7. A prefeitura realizou fiscalizações preventivas na ONG?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 41.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Se a resposta acima for positiva, a ONG está em dia com as prestações de contas?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 28, XV	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. A execução da despesa está vinculada ao objeto proposto?		Decreto n. 17.361, de 2017, art.25. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. A ONG foi alvo de alguma denúncia?			<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
11. O processo de prestação de contas deve ser melhorado?			<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
12. A ONG necessita de curso de formação para melhor executar o processo de prestação de contas?			<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
13. Necessita de fiscalização aprimorada?			<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

O Gestor do Termo, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 39, do Decreto Municipal nº. 17.361, de 16 de março de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Organização da Sociedade Civil e do relatório técnico emitido pela Comissão de Avaliação e Monitoramento, descreve que:

1. A ONG alcançou os resultados e benefícios de acordo com as metas propostas no plano de trabalho.
2. *A visita de fiscalização do gestor do termo só será realizada caso o parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação justifique tal necessidade (Vide Ofício nº 1339/2017/GS/SME/PMF).

Não atingindo as metas propostas, conforme indicado na proposta: Solicita-se abertura de diligência para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, justificar sobre o fato, desde então ficando a entidade impedida de receber novos recursos de qualquer órgão da Administração Direta e Indireta do Município (Somente quando não atingiu as metas).

CONCLUSÃO

Desta forma, após acompanhamento do projeto, da análise dos documentos apresentados pela ONG e do relatório técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, registram-se os seguintes apontamentos:

RESTRIÇÕES: _____

RECOMENDAÇÕES: _____

Assim sendo, concluo pela APROVAÇÃO/ REPROVAÇÃO desta prestação de contas.

- Regular
 Regular com ressalva
 Irregular, para abertura de diligência

Florianópolis, 10/12/2019.

Daniele de Alarcão Novaes
 Matricula – 44620-3

Daniele de Alarcão Novaes
 Assessor Técnico/SME
 Matrícula 44620-3
 Despacho 13.695/18



ANEXO XV (15)
 (parte integrante do Decreto n. 17.361, de 2017)
PARECER DE ADMISSIBILIDADE FINAL
SETOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS OU AFINS

Protocolo de Entrada nº:	
Organização da Sociedade Civil Beneficiada: AÇÃO SOCIAL MISSÃO	Data: 01/11/19.
Unidade Gestora de Origem: PMF/SME.	
Nota de Empenho (NE)nº: 9133/19.	
Valor da Liberação: R\$ 651,36	
Categoria	Data: 05/09/19.
<input checked="" type="checkbox"/> Subvenção <input type="checkbox"/> Contribuição <input type="checkbox"/> Auxílio	
Tipo de Parceria:	
<input type="checkbox"/> Termo de Colaboração <input checked="" type="checkbox"/> Termo de Fomento <input type="checkbox"/> Acordo de Cooperação <input type="checkbox"/> Convênio	
Número: 026/18.	
Modalidade:	
<input type="checkbox"/> Chamamento Público <input checked="" type="checkbox"/> Dispensa <input type="checkbox"/> Inexigibilidade	
Número: 014/18.	
Esta Prestação é referente a parcela nº.: 07/ALIMENTAÇÃO/ 2019.	
Portaria de nomeação do Gestor do Termo nº.: 182/2017	Publicada no Diário Oficial nº.: 2228

O Setor de Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Educação - SME, confirma que a prestação de contas acima descrita, apresenta os documentos mínimos exigidos pelo decreto municipal nº 17.361 de 2017:

- Documentação Entregue pela Entidade
- Relatório Técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação
- Parecer do Gestor do Termo

CONCLUSÃO

Desta forma, após análise dos documentos apresentados pela Organização da Sociedade Civil, do relatório técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e do Parecer do Gestor do Termo, registram-se os seguintes apontamentos:

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas): não há

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas): não há

Assim sendo, concluo pela **APROVAÇÃO** (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

- Regular.
- Regular com ressalva.
- Irregular, para abertura de diligência.

Florianópolis, 16/12/2019

Daniele de Alarcão Novaes
 Assessor Técnico/SME
 Matrícula: 44620-3
 Nº 13.693/18
Setor de Prestação de Contas ou Afins
Daniele de Alarcão Novaes
 Matrícula - 44620-3



ANEXO XVI
PARECER DE ADMISSIBILIDADE FINAL
CONTROLE INTERNO E GESTOR DA UNIDADE

Protocolo de Entrada nº.: OE 5082/SME/DAF /2019	Data: 17/12/2019
Organização da Sociedade Civil Beneficiada: AÇÃO SOCIAL MISSÃO	
Unidade Gestora de Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Nota de Empenho (NE) nº: 9133/2019	Data: 14/08/2019
Valor da Liberação: R\$ 651,36	Data: 10/09/2019
Categoria	
(x) Subvenção () Contribuição () Auxílio	
Tipo de Parceria:	
(x) Termo de Colaboração () Termo de Fomento () Acordo de Cooperação	
Número: 026/2018	
Modalidade:	
() Chamamento Público (x) Dispensa () Inexigibilidade	
Número: 014/2018	
Esta Prestação é referente a parcela nº.: 7 alimentação	

A **Secretaria Municipal de Transparência, Auditoria e Controle**, como Órgão Central do Sistema Municipal de Controle Interno, com base no Relatório Técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e do Parecer do Gestor da Parceria, responsáveis pela análise da consistência da documentação apresentada, da legalidade, da regularidade contábil e da legitimidade da aplicação dos recursos em consonância com o Plano de Trabalho, descreve que:

RESTRIÇÕES: Não há

RECOMENDAÇÕES: Não há

Nestes termos, concluímos:

- (X) Regular, recomendamos a baixa contábil.
- () Regular com ressalva, recomendamos a baixa contábil.
- () Irregular, para abertura de diligência.

Florianópolis, 29 de janeiro de 2019.

Leonardo Gesser
 Contador
 CRC/SC 038370/0-6
 Secretaria de Transparência, Auditoria e Controle

De Acordo, em
 29/01/20

O (A) Gestor (a) responsável pela Unidade, após análise dos documentos apresentados, conclui:

- () Regular, para a baixa contábil.
- () Regular com ressalva, para a baixa contábil.
- () Irregular, para abertura de diligência.

Oswaldo Ricardo de Silva
 Controlador Geral
 Matrícula 02023
 Superintendência de Transparência e Controle
 Prefeitura Municipal de Florianópolis

Florianópolis,

Gestor (a) da Unidade